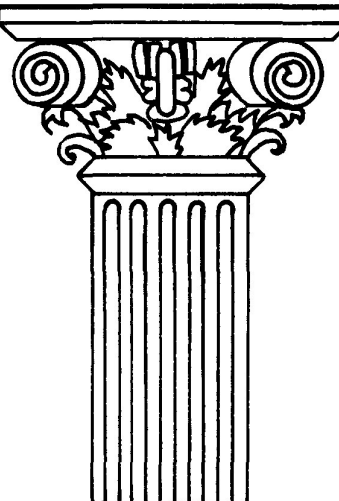


ARQUITETURA ^{AD}_{DO} PODER



Gabriel Bolaffi

Por mais que se discorde de Mannheim e de suas idéias referentes a uma suposta *freischwebende intelligenz* (intelectuais não afetados por interesses sociais), não se pode deixar de reconhecer que seus escritos sobre sociologia do conhecimento e os *Ensaio de Sociologia da Cultura* (1955) permanecem ricos e estimulantes. Com efeito, em seu ensaio *Sobre o Problema da Intelligenza* — publicado cerca de vinte anos depois de *Ideologia e Utopia* (1936), em resposta a críticas de todos os quadrantes — Mannheim nos esboça uma linda análise histórico-sociológica sobre a constituição e os fundamentos do prestígio atribuído às profissões, da baixa Idade Média aos nossos dias.

Mannheim observa que a valorização das ocupações intelectuais emerge historicamente vinculada aos *status* social: o antigo contraste entre trabalhos físicos (*opera servilia*) e mentais, é substituído pela nova diferenciação entre *profissões livres* e *ofícios*. As primeiras designam ocupações como as artes, as ciências e a religião, por serem, todas elas, atividades sem remuneração. Nesse sentido, uma *profissão livre*, além de não ser manual, somente é acessível aos "cavaleiros" com rendas suficientes para de-

dicar-se ao trabalho "desinteressado". Ou seja, além de envolver um caráter vocacional peculiar, uma profissão livre constitui uma fonte de prestígio. E, a "elevada procedência" moral muitas vezes obscurece um aspecto básico: o prestígio decorre na realidade, mais da posição social anterior à opção do que do caráter desinteressado da atividade.

Essa ambigüidade do prestígio, lembra Mannheim, é plenamente demonstrada pelo antigo costume segundo o qual os médicos educados na tradição hipocrática somente podiam dedicar-se aos diagnósticos e prognósticos, deixando a cirurgia, a terapêutica e os trabalhos de enfermagem para ajudantes assalariados.

Por mais que a emergência do Estado Absolutista, com a sua burocracia tecnicamente preparada, tenha substituído as fontes aristocráticas do prestígio pela hierarquia dos títulos acadêmicos, é inegável que a maioria das profissões ainda hoje chamadas de liberais se constituiu e se manteve sempre à sombra, proteção e dependência do poder. Fosse o poder do senhor aristocrata, o poder do mecenas, o poder do Estado ou o poder da moderna empresa capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial, a

emergência da sociedade de consumo de massa alterou esse quadro, mas não eliminou os resquícios do passado. Há exceções, mas o médico, o engenheiro, o economista ou o advogado com diploma de Harvard ou alguma outra universidade da *Ivy League*, na costa leste dos Estados Unidos, ainda tende a ser socialmente diferente de seus "colegas" diplomados por uma Universidade Estadual do Meio Oeste. O médico da Harley Street de Londres não é igual àquele que atende nos consultórios socializados dos bairros e nem pauta a sua prática terapêutica pelos mesmos cânones — e nem mesmo pelos mesmos equipamentos — dos seus "colegas" de origem social menos afortunada. Em síntese, ainda hoje, em nossa tão universalmente aplaudida democracia ocidental, o *status* da família precede o *status* da profissão, assim como o *status* da profissão permanece a serviço do *status* de algumas famílias.¹

¹ MANNHEIM, K., *Ensayos de Sociología de la Cultura*, Aguilar, Madrid, 1957. p. 163.

O assunto se complica mais ainda quando começamos a examinar em maior detalhe os atributos específicos de cada profissão, junto com as expectativas socialmente difundidas em relação à gama das profissões existentes. Sob esse último ponto de vista, somos obrigados a reconhecer que algumas profissões, mais do que outras — e também as Faculdades que preparam os seus futuros quadros — já nascem involuntariamente emaranhadas e atadas, às teias do poder. Entre estes profissionais destacam-se os arquitetos, dos quais me ocuparei em seguida.

Na maioria dos países ocidentais, desde que o "boom democratizante" dos anos 50 facilitou o acesso às carreiras universitárias, discute-se "a crise do ensino da arquitetura", a qual, está claro não é outra coisa senão a crise da própria prática da arquitetura. Em todos os discursos e nas centenas de textos escritos sobre o assunto repete-se *ad nauseam* que apenas uma proporção insignificante das edificações construídas a cada ano nas cidades contemporâneas é projetada por arquitetos; a grande maioria é "usurpada" por engenheiros civis ou mestres-de-obras. Em outros casos, nos países onde Arquitetos e Engenheiros conseguiram organizar-se para obter o privilégio corporativo de serem os únicos autorizados por lei a assumir a responsabilidade por uma edificação, surgem queixas de que agora se viram reduzidos

a meros assinadores de plantas desenhadas por "leigos". Será essa a crise contemporânea da arquitetura? Se for, como parece afirmar o discurso corrente, não se trata de nenhuma novidade: todas as grandes cidades do mundo cresceram e continuam a crescer com base em projetos de edificação nos quais o papel dos arquitetos, e mesmo dos engenheiros civis, foi mínimo. São Paulo, no Brasil, é um ótimo exemplo, até mesmo por ser provavelmente a mais nova das metrópoles contemporâneas. Sua população aumentou de cerca de 230 000 habitantes no começo do século para os atuais 13 milhões da área metropolitana. Entretanto, menos de 25% das edificações onde vivem os paulistanos foram projetadas por engenheiros, ao passo que os arquitetos, segundo estimativas recentes, não desenharam mais do que 5% das mesmas. Não disponho de dados análogos sobre outras cidades européias e norte-americanas, mas se Paris, Turim, Viena, New York, Chicago e algumas outras talvez constituam exceções, duvido que na grande massa das cidades que cresceram rapidamente de meados do século XVIII a nossos dias, o quadro seja significativamente diverso do de São Paulo.

Nesse contexto, o verdadeiro drama das Escolas de Arquitetura e mesmo da prática da Arquitetura, tal como ela continua a ser concebida e exercida, resulta de sua inequívoca dependência do *poder*. Trata-se, infelizmente, de uma dependência que os mecanismos predominantes no mercado de trabalho obrigam a transformar-se numa vocação para o poder. O caráter esquizóide da grande maioria das escolas, resulta da reintrodução sub-reptícia dessa vocação no ensino da arquitetura. A verdadeira crise do ensino da arquitetura decorre, portanto, da ambigüidade dos objetivos transmitidos aos estudantes. O discurso é liberal, e ainda mais freqüentemente esquerdista, mas os valores estéticos, as opções tecnológicas e os objetivos práticos que se ensina a perseguir correspondem invariavelmente às necessidades do poder, nas várias formas que elas assumem na edificação contemporânea.

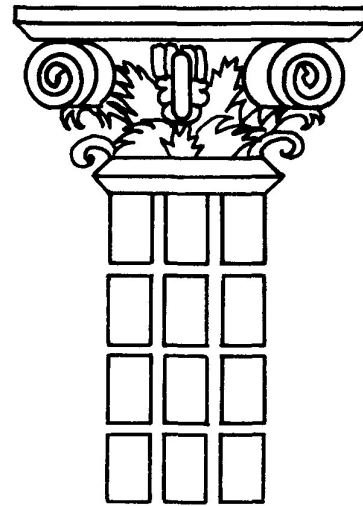
Nada melhor para ilustrar a ambigüidade e o caráter esquizóide do ensino da Arquitetura que a análise da bibliografia predominante na maioria das escolas, pelo menos na América Latina. Em quase todas as nossas escolas discutem-se

— e às vezes até se lêem! — Ricardo e Marx (a propósito da teoria da renda fundiária), Engels (*A Questão da Habitação e As Condições de Vida da Classe Trabalhadora na Inglaterra*) e até outros autores mais recentes ou contemporâneos — Castels, Topalov, Lojkin, Harvey, Folin, Giudici e dezenas de outros — claramente engajados com concepções marxistas ou *antiestablishment* da Arquitetura e do Urbanismo. Mas quando chegamos às disciplinas básicas, àquelas que dão o tom aos cursos, como História da Arquitetura ou Atelier de Projeto, o *leitmotiv* é bem outro.

Os textos de uso corrente para História da Arquitetura são os de Bruno Zevi, Giedion, Benevolo, Pevsner, Nonel e outros análogos. Que problemas abordam, e de que maneira? Bruno Zevi, talvez o mais ilustre — no bom sentido da palavra — representante das ambigüidades que estou tentando indicar, tem o cuidado de afirmar que "o cliente do arquiteto moderno não é *apenas* (grifo é meu) quem deseja construir um palácio ou uma mansão, e nem (apenas) o mecenas ou o ditador, mas também toda a massa dos cidadãos..." Mas em sua obra monumental, de quase 800 páginas, a edificação "leiga", a casa construída pelo empreiteiro anônimo ou os cortiços e as favelas tão abundantes em Florença, Roma, Nápoles e outras cidades italianas, estão completamente ausentes. Até mesmo as referências às habitações populares construídas no século XIX para resolver os problemas denunciados no "dramático livro (de Engels) sobre a habitação do proletariado inglês..." limitam-se às "obras edificadas junto às fábricas da Krupp na Alemanha ou à cidade construída (sic) pelo arquiteto Percy Houfton na Inglaterra".²

Em que pesem as indiscutíveis boas intenções de Zevi, assim como as de todos os demais autores citados e de muitos outros ainda, as "Histórias da Arquitetura e do Urbanismo" que impingimos aos nossos estudantes não passam de monumentais elencos dos nomes (ou, se regredirmos no tempo, das edificações anônimas), que se notabilizaram por projetos ou pela concepção de edificações grandiosas. Obras e nomes que marcaram o estilo, a técnica ou o modo de organizar o espaço produzido, que em diferentes momentos históricos atenderam aos requisitos do poder e das classes de consumo conspícuo. É sempre a

mesma história: das pirâmides do Egito à Acrópole de Atenas, dos circos, termas e foros romanos às catedrais góticas, das perspectivas monumentais de Haussman ao "design revolucionário" da Bauhaus, Sullivan, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier *et alumni*, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Em alguma edição mais recente, com toda certeza encontraremos referências minuciosas e certamente críticas a esse estranho fenômeno que vem sendo designado pelo nome ainda mais estranho de "pós-modernismo". A menos que procuremos nos informar em outras fontes que não os livros de História da Arquitetura, continuaremos sem saber como se abrigava o servo medieval ou como projetava e constrói (este sim, e nunca Percy Houfton) o favelado de



Roma, Caracas ou Rio de Janeiro. O último capítulo do livro de Zevi (1961) intitula-se "Il rinnovamento degli studi storici di architettura". Vã ilusão: a arquitetura de 90% da humanidade continua varrida para baixo de um lindo tapete persa.

E o que transmitimos nas aulas de Atelier de Projetos? Na América Latina, e já faz pelo menos vinte anos, o grande tema é a habitação popular. Mas como é possível pensar e conceber soluções habitacionais para populações cuja renda mensal varia de 57 a 250 dólares num ambiente intelectual onde os modelos são Le Corbusier, Kenzo Tange, Oscar Niemeyer, Villanova Artigas ou Alvar Aalto? Nesse contexto, embora existam autores relativamente recentes

² Zevi, B., *Storia dell'architettura moderna*, Einaudi, 1961.

como Enid Gaudie com o seu *Cruel Habitations* (1974) ou Roger H. Guerand (1976), as fontes que mais impressionam são os livros do gênero *Architecture Without Architects: a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture* de B. Rudofsky (1964). É constituído quase que apenas de lindas fotografias, com o evidente objetivo de demonstrar a afirmação contida no subtítulo: até mesmo os destituídos de *pedigree* são capazes de produzir conjuntos "arquitetônicos" charmosos e pitorescos.

O resultado prático, sobre os estudantes, desse conjunto de valores contraditórios e ambíguos é que, perante a impossibilidade objetiva de encontrar soluções compatíveis, eles acabam por se refugiar naquilo que recentemente chamei de "não-soluções". Por não-soluções entendo as "propostas", que se limitam a devolver aos pobres os problemas que nem a economia de mercado e nem o Estado se mostraram capazes de resolver. Trata-se daquilo que no Brasil vem sendo chamado de "mutirões" (autoconstrução organizada "comunitariamente") ou do que algumas instituições internacionais como o Banco Mundial (International Bank of Reconstruction and Development) chamam de *site and service schemes*. O processo consiste em obter uma gleba de terra na periferia das grandes cidades, dotá-la de abastecimento de água e de esgotos e dividi-la em pequenos lotes de 75 a 100 metros quadrados onde os futuros moradores deverão construir, "comunitariamente", as suas próprias casas.

Os inconvenientes e a ineficácia do sistema são totais. A ação "comunitária" na qual supostamente ele se baseia não passa de um mito ideológico, impossível de realizar-se, por exemplo, numa cidade nas condições de São Paulo. De seus 13 milhões de habitantes, cerca de 4 milhões e meio são migrantes de origem rural provenientes das mais diversas regiões do Brasil, com hábitos e costumes diferentes e entre os quais jamais se encontrará qualquer vínculo coletivo, à exceção da pobreza. Eles vivem dispersos por uma área de cerca de 160 000³ ha, trabalham em média 10 horas por dia e consomem outras 3 horas e meia, cotidianamente, na locomoção entre o atual barraco e o local de trabalho. Convenhamos que exigir dessas criaturas que, em seu tempo "livre", construam

"comunitariamente" as suas casas é um pouco demais. Em Santiago, Lima, Caracas ou Bogotá e outras cidades da América Latina onde esse esquema ingênuo ou infame vem sendo proposto e difundido, os números e as escalas podem variar, mas as condições sociais são muito semelhantes.

Que fazem enquanto isso os nossos arquitetos? E por arquitetos, não me refiro agora aos milhares de jovens diplomados em Faculdades de Arquitetura do Brasil nas últimas décadas, mas apenas àqueles publicamente reconhecidos como Arquitetos, cujos nomes já são mencionados nos livros e revistas especializados ou que em breve passarão a ser citados. Nas últimas décadas, e mais particularmente a partir da construção de Brasília, em 1956, a arquitetura brasileira vem ganhando alguma respeitabilidade internacional. Mas muito antes disso, ainda nos anos 30, Warchavchik, Rino Levi, Lúcio Costa, Afonso Reidy, os irmãos Roberto, Villanova Artigas, Niemeyer e muitos outros já se haviam notabilizado, alguns pelo arrojo das formas, outros pela leveza dos projetos e outros ainda pelas qualidades plásticas e esculturais das edificações que conceberam. Mas, ressalvadas as honrosas exceções de Afonso Reidy — cujo projeto mais conhecido é um edifício especialmente concebido para famílias de baixa renda — e de Villanova Artigas, todos os demais projetaram ministérios, hotéis de luxo, arranha-céus residenciais com áreas unitárias variando de 250 a 600 metros quadrados, catedrais, mansões de alguns banqueiros, cassinos, estádios de futebol monumentais, ou igrejas simpáticas e esculturais como a deliciosa capela que Niemeyer projetou no conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte. Parafraseando a citação de Bruno Zevi, e ressaltada mais uma vez as exceções de Reidy e de Artigas onde estão os clientes que não foram ditadores (Vargas), mecenas (Kubitschek) ou construtores de palácios e mansões? O que restou para a "massa dos cidadãos"?

Não escreveria esse texto se não estivesse convencido de que existem outras potencialidades para a arquitetura contemporânea; se não tivesse a certeza de que a arte de projetar não está condenada a se perpetuar eternamente à sombra do *poder*.

Em 1975, a presidência da Companhia Metropolitana de Habitação de São Pau-

³ Esta não é uma área oficial, é uma estimativa da mancha urbana da Grande São Paulo. O Município de São Paulo possui cerca de 112 533 ha.

lo — COHAB-SP, foi assumida pelo engenheiro J. C. Bourroul. Fundada em 1967, a Companhia havia até então construído 3 500 unidades habitacionais e era conhecida como um dos órgãos mais ineficazes e corruptos da administração pública paulistana. Chegou até a edificar um conjunto habitacional com 1 264 apartamentos, o qual, depois de concluído, teve de permanecer vazio durante três anos, simplesmente porque os seus autores esqueceram-se de que não havia meios de abastecê-lo de água potável.

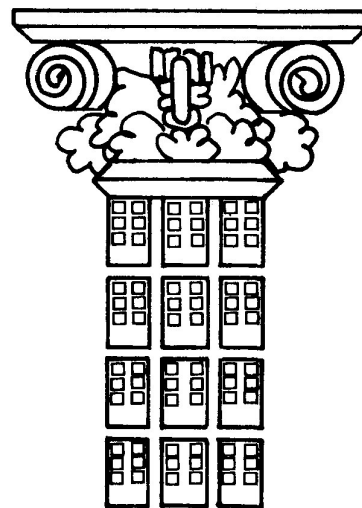
A partir de 1975, graças a um amplo conjunto de circunstâncias que agora não vêm ao caso, mas entre as quais seria injusto deixar de mencionar a excelente equipe de arquitetos e engenheiros com a qual o engenheiro Bourroul soube se assessorar⁴, a COHAB-SP edificou cerca de 94 000 novas unidades distribuídas por quatorze diferentes Conjuntos Habitacionais, os quais abrigam hoje uma população superior a meio milhão de habitantes. Tendo em vista o Plano Diretor da cidade e o traçado da linha de metrô que está em construção, a maioria dos conjuntos está localizada na zona leste da cidade. No entanto, ergueram-se dois no extremo oeste, que juntos somam 21 116 unidades e abrigam uma população de cerca de 115 000 habitantes e há outros menores ao Norte e ao Sul.

Para efeito do raciocínio que me interessa desenvolver, vou limitar minha descrição e meus comentários ao conjunto de Itaquera, o primeiro a ser construído na nova fase da empresa. Ocupa uma área de 431,2 ha e é constituído por 29 020 apartamentos com área variável de 39 a 58 metros quadrados cada um e casas térreas com área útil de 52 metros quadrados. A construção das casas é hoje considerada pelos técnicos da empresa como um dos muitos erros cometidos, particularmente tendo em vista o alto custo (e o baixo aproveitamento) do terreno, da infra-estrutura de serviços básicos e dos equipamentos de serviços (escolas, centros de saúde, centros de comércio e serviços, esporte e lazer, etc). Para os apartamentos, ao contrário da solução dos arranha-céus, predominante em São Paulo, optou-se por lâminas de cinco pavimentos, as quais, entre outras vantagens, dispensam o elevador e seus altos custos. Já faz cerca de três anos que Itaquera está praticamente concluído (na realidade, ainda fal-

ta completar alguns equipamentos urbanos, como por exemplo as bibliotecas públicas); estima-se que ali vivam cerca de 180 000 pessoas.

A construção foi confiada a empresas particulares por meio de concorrências públicas nem sempre muito honestas (há fortes indícios de que em várias ocasiões os concorrentes se organizaram em cartéis). Mesmo assim, a grande escala das obras e os parâmetros estabelecidos pelos arquitetos favoreceram a utilização de tecnologia avançada, a qual resultou em considerável economia de custos. Enquanto o custo médio do metro quadrado construído dos apartamentos em São Paulo é de 170 dólares, os apartamentos de Itaquera foram vendidos por 69 dólares por metro quadrado — e nisso

⁴ A obra é tão grandiosa que não se pode deixar de citar os principais membros da equipe: eng. Henry Cherkizian, arq. Ubirajara Barone Garcia, arq. Jacob Aron Korch, arq. Maria E. C. Oliveira, eng. Joaquim M. de Abreu, eng. Mauro J. E. Silvério, eng. Orlando B. Ribeiro e tantos outros.



deve ser computada uma margem de lucro mínima, mas real, da Companhia.

O acesso dos interessados à compra dos apartamentos foi organizado por meio de uma fila de inscrições, em ordem cronológica. As condições para o acesso foram a renda familiar, entre 3 e 5 salários mínimos legais (de 171 a 285 dólares mensais) e, no caso dos apartamentos maiores, a exigência de um grupo familiar de pelo menos cinco pessoas. Evidentemente, essas condições jamais puderam ser mantidas com rigor: interferências políticas e falhas administrativas geraram algum grau de favoritismo no direito à aquisição, assim como algumas violações do limite superior de renda admitido. Nada, contudo, até onde sou capaz de julgar, que comprometesse de

modo irreversível os objetivos sociais do empreendimento. Em contrapartida, existem outros problemas: uma fila de espera de 300 000 famílias ainda não atendidas, a revenda, discutível em termos legais de unidades por um ágio de cerca de 2 000 dólares e o aluguel, igualmente discutível de outros apartamentos por um preço cerca de 20 dólares mensais acima do custo das prestações.

E sem dúvida poderiam ser levantados muitos problemas adicionais cuja análise não cabe no presente contexto. Contudo, a observação dos benefícios e das transformações positivas que o acesso a um apartamento em Itaquera operou na vida das famílias que lá estão vivendo há três, quatro ou cinco anos convenceu-me de que se trata da principal obra de arquitetura jamais realizada no Brasil.

Infelizmente, ainda não foi possível realizar uma pesquisa sistemática sobre as famílias que vivem em Itaquera, e por isso não disponho de dados estatísticos para comprovar minhas observações. Não obstante, visitas freqüentes ao longo dos últimos quatro anos, assim como o contato íntimo e cotidiano com as assistentes sociais que convivem com a população local levam-me a sugerir a ocorrência de um processo surpreendente de ascensão social e econômica.

Há indícios consistentes de que em Itaquera a proporção de "divórcios" é significativamente menor do que o índice médio entre as famílias de renda análoga no restante da população. Há evidências de uma queda da taxa de fertilidade. Numa cidade como São Paulo, 70% das crianças que ingressam na escola abandonam antes de atingir o 8.º ano⁵; em Itaquera, essa proporção é bastante menor. Ao contrário, não só crescem as pressões da população pela ampliação das vagas nos cursos colegiais, como aumenta a procura por cursos noturnos, para adultos, de nível colegial ou profissionalizante. E como a resposta do Estado tem sido lenta, nota-se até a emergência de uma "indústria" privada de cursos profissionalizantes de comércio, datilografia e inglês. Finalmente, há evidências convincentes de que uma proporção significativa das famílias aumentou a sua renda real após viver três ou quatro anos em Itaquera.

Conheci, há muitos anos, sociólogos americanos que perante o conjunto de elementos que acabei de apontar provavelmente diriam que as novas condições

habitacionais permitiram às famílias envolvidas que adquirissem uma *achievement motivation* (motivação para o sucesso) que antes não possuíam. Eu não iria por explicações tão complicadas. Parece-me apenas que numa cidade como São Paulo para a qual um prefeito recente criou a metáfora muito apropriada de "um arquipélago de minúsculas Suíças, rodeado por um mar de Biafras" a simples aquisição de condições mínimas, mas dignas de existência é suficiente para que os mecanismos, os valores e as expectativas de uma sociedade de "fronteira aberta" possam atuar e ser atingidos. É possível que esse raciocínio não possa ser aplicado à Europa ou até mesmo aos Estados Unidos, onde o contexto social é bastante diverso. Não vejo na arquitetura de Itaquera virtudes ou defeitos que o diferenciem de maneira significativa de Pruitt Igoe, o tristemente famoso conjunto habitacional construído em St. Louis, nos Estados Unidos, que teve de ser demolido poucos anos depois em virtude da péssima sociabilidade que ali se desenvolveu. Talvez a intuição dos arquitetos, talvez a diferença no contexto social mais abrangente; mas aí o problema é outro.

Voltando à arquitetura do poder e ao poder da arquitetura, devo assinalar que Itaquera é absolutamente ignorado nas Faculdades de Arquitetura do Brasil. Apesar de estar localizado a pouco mais de 30 minutos de distância da Faculdade de Arquitetura, é raramente visitado e estudado pelos professores do Atelier de Projetos. Um arquiteto, que jamais esteve lá, mas examinou os projetos e algumas fotografias, disse-me há pouco tempo que considerava Itaquera "um desastre..."

Curiosamente, essa atitude parece não se limitar aos Arquitetos, mas ser compartilhada pela imprensa, por muitos políticos e pela opinião pública em geral. Os comentários mais freqüentes são: "Itaquera é uma selva de concreto. . .", "a arquitetura é feia e monótona. . ." ou ainda "apartamentos de 58 metros quadrados só podem ser latas de sardinha..."

Há um certo grau de verdade nessas afirmações. Em muitos dos blocos de edifícios (não em todos), a arquitetura é feia e sobretudo pobre e, sem dúvida, 58 metros quadrados constituem um espaço reduzido demais para as famílias cujo tamanho costuma variar entre cinco e sete pessoas. Mas, no fundo, esses comen-

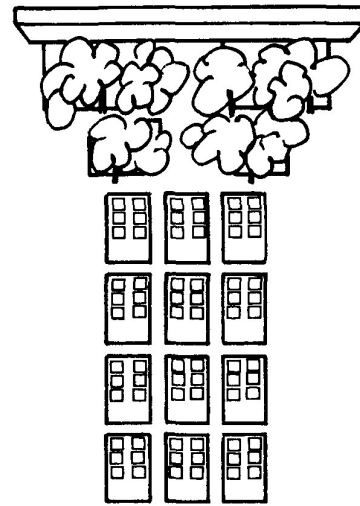
⁵ Fonte: CONESP, 1982.

tários traduzem uma elevada dose de preconceito e de incapacidade de avaliar e julgar as coisas em seu verdadeiro contexto. A "selva de concreto" é uma bobagem. Os espaços públicos e as distâncias entre os edifícios em Itaquera são muito mais generosos e melhor organizados do que em qualquer bairro da alta classe média da cidade. Quanto à pobreza da arquitetura, de acordo: é a consequência das fortes limitações econômicas impostas ao projeto para torná-lo acessível a famílias de baixa renda. Também é consequência, é preciso reconhecer, da in experiência dos arquitetos, engenheiros e demais profissionais envolvidos, os quais, num prazo curtíssimo, tiveram de projetar o que praticamente corresponde a uma cidade de tamanho médio. Com efeito, os edifícios projetados no segundo e no terceiro ano já são bem mais razoáveis. Quanto à "monotonia", trata-se de um assunto bem mais complicado, resultante de preconceitos difundidos por toda a cultura contemporânea. Já ouvi observações idênticas nos EUA, na Itália, na França e em outros países, relativos a projetos locais.

Por quais razões as pessoas da minha geração, que na juventude se entusiasmavam com o *design* das canetas Parker 51, com os automóveis Fiat "Topolino", ou com os Citroën, Ford e VW, todos produzidos industrialmente idênticos entre si, na época até nas cores, e hoje consomem centenas de produtos industrializados e padronizados, exigem que a casa ou o edifício seja sempre um *fuori série*? Ou será que não sabemos que a monotonia, a atonia (música atonal) ou a politonia, *por si sós*, não constituem atributos estéticos? Será que não sabemos que existem a *boa monotonia*, à qual chamamos de Harmonia, e a *má monotonia*? Será que alguém já se referiu ao azul do céu como monótono, no sentido vulgar da palavra? O que será mais "monótono", a Piazza San Marco de Veneza (vista de costas para o Duomo), o Zócalo da capital do México, os pórticos de Turim, as perspectivas monumentais de Paris de Haussmann, os *crescents* ingleses, as colunas centrais de São Paulo, de Manhattan ou de Chicago com os seus "maravilhosos" arranha-céus, *todos* diferentes entre si e muitos deles assinados por arquitetos famosos? Isso não é um sofisma, nem um jogo de palavras; apenas uma chamada ao bom senso.

É bem verdade que numa cidade ou mesmo num bairro, as pessoas precisam localizar-se e identificar-se no espaço, e para tanto são necessários pontos de referência. Mas isso nada tem a ver com a maior ou menor padronização da arquitetura ou das fachadas. Há uma infinidade de maneiras de criar esses referenciais, mesmo sem recorrer aos números e às cores, o que sem dúvida constitui a solução mais simples e primária.

Na realidade, não é em nada disso que estão pensando os intelectuais pequeno-burgueses quando criticam a padronização resultante dos esforços pela modernização da tecnologia da construção civil. O que os apavora é a ameaça da perda da última das marcas visíveis e manifestas dos seus privilégios sociais.



Numa sociedade onde o consumo ameaça democratizar-se, onde a moda, a roupa, a caneta, o relógio, o isqueiro, o automóvel ou a marca dos cigarros tendem a funcionar cada vez menos como manifestações de "gosto", de "estilo" ou de "cultura" — mas, na verdade, de posição social — a casa ou a fachada do edifício tendem a transformar-se no último refúgio do guerreiro.

É este, no meu modo de ver, o grande dilema da arquitetura contemporânea. Uma das opções é continuar a ser uma "arte" a serviço das ideologias e do poder, uma espécie de síntese em grande escala da escultura, da pintura e até da ourivesaria, e nesse caso ela tenderá a fenecer. Ou, na "era de reprodução mecânica", ela opta por tornar-se uma arte

realmente funcional, o que só pode significar *socialmente funcional*. Não vai aqui nada contra a escultura, a pintura ou a ourivesaria, cuja origem na cultura universal esteve vinculada, em muitos casos, a funções rituais, mágicas e religiosas, e nem estou afirmando que uma obra de arte deva ser necessariamente funcional. Quero apenas lembrar a afirmação de Walter Benjamin de que há inovações tecnológicas e mudanças sociais que transformam por completo a natureza da arte.

Uma arquitetura socialmente funcional não só terá de variar em função de diferentes contextos sociais, como em hipótese alguma precisará abdicar da perseguição de valores estéticos, sejam eles quais forem. O equívoco não consiste na busca de formas mais agradáveis, mas na recusa ao recurso das soluções tecnológicas e econômicas mais apropriadas, em nome de uma falsa estética da diferenciação pela diferenciação. Aliás, é o que parece ser o chamado "pós-modernismo", o último dos "ismos" dos arquitetos do poder.

Em sua maioria, os grandes nomes da arquitetura brasileira se dizem e se declaram esquerdistas; muitos deles, mesmo nos momentos mais duros da repressão dos últimos vinte anos, jamais negaram sua filiação ao Partido Comunista. Sob esse ponto de vista, respeito suas boas intenções e admiro a sua coragem. Mas isso não pode impedir-me de criticar a sua ingenuidade intelectual e seus equívocos conceituais e operacionais. Durante os anos 50 e boa parte dos anos 60, difundia-se nas Faculdades de Arquitetura a idéia de que a revolução social poderia ser praticada e atingida por meio da arquitetura. Segundo esse raciocínio, que somente viria a ser abalado pelo golpe de 1964, o arquiteto se autoconcebia como um demiurgo do real que transformaria as relações sociais e o próprio modo de produção por meio da concepção de espaços internos e externos que, pela sua organização, condicionariam novas formas de relacionamento humano. Uma verdadeira paranóia.

Por incrível que pareça a todos quantos conhecem o Brasil e Brasília, certamente a cidade do mundo onde a segregação espacial entre as classes é mais ostensiva — 15 quilômetros de área *non edificandi* entre o núcleo habitado pela tecnocracia qualificada e a mais próxima das quatro "cidades satélites"⁶

planejadas para os baixos funcionários e os empregados — a capital do Planalto foi saudada como a primeira cidade "socialista" da história. A ingenuidade e a candura dos arquitetos que viram no plano de Brasília o prenúncio da "Revolução" foram tão grandes que Lúcio Costa, seu autor, inicia a descrição do projeto com a seguinte frase: "Brasília tem o traçado da cruz, o gesto singelo de quem se *apropria* (o grifo é meu) de um território ..." Ou então, a frase que ouvi de um arquiteto que me ciceroneava em Brasília em 1962, quando a visitei pela primeira vez: "Depois de Brasília jamais poderá haver uma ditadura nesse país. ..." Que Deus o tivesse ouvido!

Esses fatos e episódios são altamente significativos do equívoco que se cometeu e que, não obstante todas as boas intenções, é análogo à mistificação que Walter Benjamin imputa ao fascismo: "Fascismo conduz à estetização da política"⁷ ou seja, põe a estética a serviço da política e da mistificação das massas. Eles revelam que a intenção de colocar a Arquitetura a serviço da política, como fizeram Piacentini, Albert Speer, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, é na melhor das hipóteses ingênua. E o resultado será sempre a arquitetura do poder. Para que se possa desenvolver o verdadeiro poder da arquitetura é preciso inverter os termos, é preciso desvendar os preconceitos, abdicar do narcisismo e pôr a arte de projetar a serviço dos setores mais carentes da população. Isso significa politizar a arquitetura.

Sem dúvida, para que isso seja possível, é necessário todo um conjunto de condições alheias à vontade e às possibilidades dos arquitetos. É evidente que a possibilidade de pôr a arte de projetar a serviço dos setores carentes da população — ou ainda, das necessidades reais e legítimas da sociedade como um todo — depende da própria natureza do Estado. Depende, talvez mais ainda, de condições sociais que confirmem à população a capacidade de mobilizar-se para pôr o Estado a seu serviço.

É sabido que essas condições variam bastante de país para país e que em muitos países simplesmente não existem. Não se pode politizar a arquitetura onde o Estado esteja divorciado da Sociedade Civil e a população seja incapaz de mobilizar-se em termos políticos. Mas nesse contexto, o mínimo que o arquiteto deve fazer é procurar evitar a confusão

⁷ BENJAMIN, W., "The work of Art in the Age of Mechanical Reproduction" in *Illuminations*, Fontana, Glasgow, 1977, p. 243.

⁶ Cf. MEIER, R., "Segregação Espacial em Brasília" in *A luta pelo Espaço*, Ed. Vozes, São Paulo, 1978.

tão freqüente entre o seu papel profissional e o seu papel de cidadão. Ao contrário do que julgava Mannheim, nenhum intelectual é desvinculado e, entre os intelectuais que desempenham funções técnicas, pouquíssimos são aqueles que conseguem manter algum grau de liberdade no desempenho das suas funções. Conheci muitos profissionais que, por falta de possibilidades alternativas, desempenharam funções que, enquanto cidadãos, julgavam ineficientes ou pelo menos inócuas. E não me refiro àqueles que maliciosos ou complacentemente "obedeceram ordens".

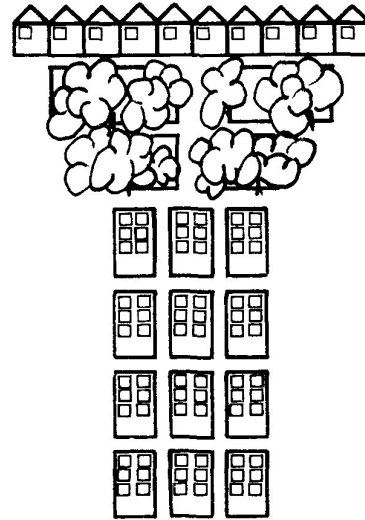
Mas por isso mesmo, é crucial manter a distinção entre o papel profissional e o papel do cidadão. Confundi-los deliberadamente conduz aos equívocos ingênuos, mas nem por isso menos graves, a que me referi acima. Confundi-los inconscientemente implica na perda da pouca liberdade interior que ainda nos resta.

Este texto é resultado de observações, reflexões e debates realizados no decorrer dos últimos quatro anos e não deve ser confundido com uma tomada de posição sobre qual deva ser a política habitacional do Estado de São Paulo no presente.

Com efeito perante a atual conjuntura de aguda escassez de recursos públicos, de desemprego e de compressão da renda real da população, certamente será necessário produzir outras alternativas habitacionais mais baratas, além dos apartamentos dos conjuntos verticais comentados no texto. As opções para essas alternativas serão evidentemente muito limitadas, variando da simples urbanização de favelas à oferta de lotes urbanizados. Aliás, a própria COHAB durante os últimos quatro anos já veio produzindo os referidos lotes com o objetivo de oferecer uma alternativa às famílias da sua fila de inscrições que não possuíam renda suficiente para adquirir casa ou apartamento.

Ainda assim, mesmo nesse contexto de emergência, convém ressaltar que não cabem e nem são recomendáveis as soluções inspiradas na hipótese impossível do mutirão artificialmente organizado. A esse respeito é necessário distinguir a autoconstrução popular, que sempre ocorreu na história urbana de São Paulo e da maioria das cidades brasileiras, do "mutirão urbano", tal como vem sendo proposto por arquitetos, assistentes so-

ciais e outros profissionais desde meados de 1950. A autoconstrução é uma solução espontânea, tradicional, desenvolvida no âmbito da família, que com todas as suas dificuldades e inconvenientes consegue revestir-se de um mínimo de eficácia construtiva e econômica. É e o que atestam as cerca de 800 000 residências autoconstruídas que segundo as estimativas da Prefeitura, existiriam no Município de São Paulo, edificadas à revelia do poder público. Na presente emergência determinada pela conjuntura recessiva, o poder público, por meio das várias Secretarias e Empresas Públicas direta ou indiretamente relacionadas com a questão habitacional, poderá apoiar e dar orientação à autoconstrução. Mas esse apoio, deverá ser principalmente in-



direto, na forma de distribuição de plantas previamente aprovadas para "habite-se" e eliminando outros obstáculos formais que até o presente só vêm servindo de pretexto para a ação de fiscais corruptos. Para a orientação propriamente dita dever-se-á preferivelmente utilizar os meios de comunicação de massa especialmente a televisão. Em síntese, as soluções de emergência, mesmo se precárias e limitadas deverão ser baseadas mais num esforço *modernizador* do que na procura ingênua de artifícios incompatíveis com uma sociedade urbana.

Gabriel Bolaffi é sociólogo e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo
n.º 9, p. 47-55, jul. 84